

Joana Figueiredo

De: Dr. Neves da Silva [neves.silva@anecra.pt]
Enviado: terça-feira, 16 de Março de 2010 17:52
Para: Comissão 6ª - CAEIE XI

Att. Exmº Senhor Deputado Hélder Amaral
Digmº Coordenador do Grupo de Trabalho
do Sector Automóvel da Comissão de Assuntos
Económicos, Inovação e Energia da Assembleia
da República

Exmº Senhor Deputado Hélder Amaral
Meu estimado Amigo,

Cumpre-me, em primeiro lugar, em nome do Presidente da Direcção da ANECRA, Senhor António Ferreira Nunes e em meu nome pessoal, de apresentar a V. Exª as nossas melhores saudações e, através da sua pessoa, os nossos melhores cumprimentos a todos os componentes do Grupo de Trabalho do Sector Automóvel.

Como há cerca de um ano, fomos recebidos por essa importante Entidade, em boa hora criada no seio da Comissão Parlamentar de Assuntos Económicos, Inovação e Energia e no momento em que o Sector Automóvel português, em especial na área retalhista, continua a atravessar uma profunda crise como consequência directa da grave situação recessiva de índole financeira e económica que nos tem afectado de forma indiscriminada, apraz-nos solicitar a V. Exª se digne agendar uma reunião onde, de viva voz, possamos apresentar uma pormenorizada Exposição de Motivos e elencar um conjunto de Propostas, conducentes à melhoria da situação do tecido empresarial que legitimamente representamos.

Como é, seguramente, do conhecimento de V. Exª, Senhor Deputado, a ANECRA, Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, celebra, no presente ano, o 1º Centenário da sua vida, congregando no seu universo de associados mais de 3.500 empresas, quer da área do Comércio, quer da Reparação e Manutenção Automóvel, tanto de marca como independente, assegurando a sua legítima representatividade junto dos Órgãos de Soberania.

Dentre as nossas preocupações, situam-se Dossiers ligados, genericamente, à problemática retalhista, quer do Comércio de Veículos Novos, quer de Veículos Usados, pontificando a acentuada quebra de vendas que se tem registado de forma profundamente gravosa nos últimos anos, atingindo consequentemente tanto os Distribuidores Autorizados, como as Empresas ligadas à Reparação e à Manutenção Automóvel.

Entroncam, neste processo e como grandes responsáveis, a Fiscalidade Automóvel e todo o cortejo de cariz negativo, associado aos indicadores macro-económicos que condicionam a procura automóvel, nomeadamente o Rendimento Disponível das Famílias, o Índice de Confiança dos Consumidores e a Formação Bruta de Capital Fixo, não sem que possamos omitir o papel condicionante e altamente negativo que tem sido desempenhado pelas Instituições Financeiras, no que concerne às restrições na concessão de crédito, quer para empresas, quer para particulares.

Não só mas também, muitos outros Dossiers merecem particular relevância, quando são apontados como corresponsáveis pelo desaparecimento de um elevado número de empresas do sector, particularmente na área das Micro e das PME's onde, diariamente e de acordo com os estudos que temos levado a cabo, têm sucumbido entre 3 e 4 empresas, essencialmente por razões de cessação de actividade, por motivos financeiros. Referimo-nos à elevada carga fiscal, ao reduzido nível e pouca adequação dos Apoios Comunitários, às fortes exigências em termos de Licenciamento e em termos Ambientais, à Concorrência profundamente desleal que é exercida por muitos pseudo-profissionais do Sector, a aspectos relacionados com a Legislação Laboral e com a Formação Profissional.

Manifestamente, embora não critiquemos, na sua essência o PASA, quando está em causa o apoio à Indústria de Componentes e Montagem Automóvel, igualmente em situação calamitosa, é nossa firme convicção de que é absolutamente impossível fazer crer que é possível vender e assistir automóveis, novos ou usados, sem a intervenção das estruturas retalhistas. Assim, consideramos ser absolutamente indispensável generalizar as medidas inseridas no Programa de Apoio ao Sector Automóvel (PASA), ao segmento retalhista, desse sector de actividade, tão pertinentemente quanto, estamos perante um universo de micro, pequenas e médias empresas que empregam um elevado número de trabalhadores, que se assume como um extraordinário valor acrescentado nacional.

Finalmente, não podemos esquecer a legitimidade que assiste ao Sector Automóvel de exigir um tratamento, no mínimo idêntico aos dos demais Sectores de Actividade da Economia Portuguesa, quando se assume como um dos principais contribuintes líquidos do erário público, ao permitir a arrecadação de cerca de 20% da totalidade das Receitas Públicas.

Ficando na expectativa da melhor atenção que V. Ex^a, Senhor Deputado, irá dedicar ao exposto, certos de que não deixarão de acolher o nosso pedido de audiência, aproveitamos a oportunidade para, com elevada consideração e estima pessoal, apresentar os nossos melhores cumprimentos.

Jorge Neves da Silva
Secretário Geral